

RELATÓRIO ANUAL 2013
UNICRED DO BRASIL



RELATÓRIO ANUAL 2013

UNICRED DO BRASIL

Índice

Mensagem da Diretoria _____	05
Destaques da Unicred do Brasil em 2013 _____	07
Corpo Diretivo _____	06
Parecer do Conselho Fiscal _____	07
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras _____	08
Demonstrações Financeiras _____	10
Balancos Patrimoniais _____	10
Demonstrações do Resultado _____	12
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido _____	13
Demonstrações dos Fluxos de Caixa _____	14
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras _____	15
Balanco Combinado do Sistema Unicred _____	30
Sistema Unicred em Números _____	33



Mensagem da Diretoria

No ano de 2013, o Sistema Unicred passou por uma Reorganização Societária que determinou novos rumos estratégicos ao Sistema, em um ambiente harmônico e construtivo, possibilitou o fortalecimento dos seus princípios, da democracia, da organização, da união, da segurança, da eficiência e da escala nas suas operações.

Destacamos a realização do Planejamento Estratégico do Sistema Unicred 2014-2016, que revisou os princípios e as condutas que nortearão as ações do Sistema Unicred até 2016, contemplado a Estrutura e Papéis das Entidades do Sistema Unicred, Projetos e Serviços Sistêmicos, Governança e Crescimento do Sistema.

Ao final de 2013, no âmbito do Projeto de TI, foi realizada a incorporação da Tecnocred pela Unicred do Brasil, considerada um marco histórico para o Sistema Unicred, pois finalizou um longo processo de viabilização da TI Única, ou seja, a TI Unicred já é realidade.

Por fim, ressaltamos a continuidade da implementação das ações estratégicas definidas pela Diretoria Colegiada, que tornam nosso Sistema mais coeso e preparado para um crescimento sustentável e seguro, tendo o Cooperado sempre como o principal valor do Sistema Unicred.

Corpo Diretivo

Diretoria Colegiada	Carlos Antônio Alves Farah	Leo Airton Trombka
	Emerson Assis	Ricardo Roberto Alves
	Jorge Abi Saab Neto	

Conselho Fiscal (efetivos)	José Maria de Azevedo	
	Dilma Maria Tonoli Tessari	
	Fernando Diogo Salles de Andrade	

Diretoria Executiva	Diretor Presidente	Euclides Reis Quaresma
	Diretor Administrativo	José Luis Barreto Alves
	Diretor Financeiro	Carlos Alberto Salomão
	Diretor de TI	Gilberto Rodrigues Pinto

Superintendência	Evandro Jacó Kotz	
-------------------------	-------------------	--

Equipe	Analista Jurídico	Aline Fagundes Longarai de Souza
	Analista de Desenvolvimento	Ana Gabriela Camargo e Godoy
	Analista Jurídico	Ana Paula Schmidt
	Analista Contábil	Angela Barbara Urbano
	Gerente de Supervisão	Carlos Augusto Ramirez de Souza
	Analista de Controladoria	Carolina de Souza Queiroz
	Especialista em Marketing	Cláudia Marques Miguel Alves
	Secretária Executiva	Daniela Cristina Barbosa
	Especialista em Riscos	Elder Gonçalves dos Santos
	Analista Administrativo	Fernanda Teresa Gonçalves Pereira
	Gerente de Desenvolvimento	Fernando Rossetto de Souza
	Assistente de Departamento Pessoal	Gisele Rathmann
	Gerente Administrativo	Gisele Tosta Gimenes
	Assistente Administrativo	Greicy Kelly Lima Pereira
	Assistente de Riscos	Guilherme Arrivabeni Logo de Almeida
	Analista de Riscos	Ingrid Barreia de Oliveira Cruz
	Especialista em Riscos	João Jeronimo Bernardi Junior
	Analista de Supervisão	José Pedro Pereira
	Auxiliar de Ouvidoria	Katia de Oliveira Souza
	Analista de Riscos	Leandro Benedito Cazusa da Silva
	Gerente de Riscos	Marcio Dias Penna
	Gerente de Controladoria	Mário Vicente Junior
	Analista de Seguros	Michele Dias Oliveira Maia
	Especialista em Riscos	Milton Ferreira de Moura
	Analista de Infraestrutura Junior	Oswaldo Nascimento Barros
	Gerente de TI	Paulo Sergio Potenza
	Analista de Riscos	Rafael Lima de Melo
	Ouvidora	Renata Amarante de Jesus
Especialista em Riscos	Rodrigo Carlos Vieira	
Analista Financeiro	Teresa Francio	

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Confederação Nacional das Cooperativas Centrais Unicreds - Unicred do Brasil, por seus membros efetivos abaixo assinados, reunidos ordinariamente e no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, compreendendo o Balanço Patrimonial, Demonstração de Sobras e Perdas, Notas Explicativas e demais documentos, demonstrações e outras informações pertinentes às operações realizadas pela Unicred do Brasil.

Com base nos documentos examinados nas reuniões deste Conselho Fiscal durante o exercício social, nas análises levadas a efeito e nos esclarecimentos apresentados pelos administradores e colaboradores da Unicred do Brasil, e tendo em conta os relatórios e pareceres da auditoria externa, opinamos que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral das Filiadas.

São Paulo-SP, 27 de fevereiro de 2014.

José Maria de Azevedo
Conselheiro Fiscal Efetivo

Dilma Maria Toloni Tessari
Conselheira Fiscal Efetiva

Fernando Diogo Salles de Andrade
Conselheiro Fiscal Efetivo

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

As Associadas e Administradores
da Confederação Nacional das Cooperativas
Centrais Unicreds – Unicred do Brasil

São Paulo-SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Confederação Nacional das Cooperativas Centrais Unicreds – Unicred do Brasil (“Confederação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração da Confederação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas nacionais e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada, com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes

Para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Confederação para fins de planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Confederação. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras antes referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Confederação Nacional das Cooperativas Centrais Unicreds – Unicred do Brasil em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ribeirão Preto-SP, 6 de fevereiro de 2014.

Moore Stephens Prisma Auditores Independentes

CRC 2SP017256/O-3

Hélio Mazzi Júnior

Contador CRC 1SP189107/O-3

As firmas-membro da Moore Stephens no Brasil, cada qual constituindo uma pessoa jurídica independente, são associadas à Moore Stephens International Limited (MSIL), uma rede mundial de empresas de auditoria, consultoria e contabilidade. A MSIL e suas firmas-membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.

Demonstrações Financeiras

Balancos Patrimoniais Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

Valores em milhares de reais	Nota	2013	2012
Ativo circulante		97.001	94.084
Disponibilidades	3	4	6
Títulos e valores mobiliários	3 e 5	79.090	86.898
Outros créditos	6	17.896	7.168
Outros valores e bens		11	12
Ativo não circulante		1.381	1.324
Realizável a longo prazo			
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	1.046	968
Outros créditos	6 e 10	60	49
Investimento	2 b.6	15	15
Imobilizado de uso	7	249	280
Intangível	8	11	12
Total do ativo		98.382	95.408

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

Valores em milhares de reais	Nota	2013	2012
Passivo circulante		94.971	91.888
Relações interfinanceiras	9	71.613	78.851
Outras obrigações	10	23.358	13.037
Passivo não circulante		535	355
Exigível a longo prazo			
Outras obrigações	10	535	355
Patrimônio líquido	12	2.876	3.165
Capital social		909	1.119
Reserva de sobras		1.699	1.699
Sobras acumuladas		268	347
Total do passivo e patrimônio líquido		98.382	95.408

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações Financeiras

Demonstrações do Resultado

2º semestre de 2013 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

			2013	2012
	Nota	2º semestre	Exercício	Exercício
Valores em milhares de reais				
Receitas da intermediação financeira		3.358	6.066	6.695
Títulos e valores mobiliários		3.313	5.988	6.620
Ingressos de depósitos intercooperativos		45	78	75
Despesas da intermediação financeira		(3.201)	(5.835)	(6.490)
Operações de captação no mercado		(3.201)	(5.835)	(6.490)
Resultado bruto da intermediação financeira		157	231	205
Outras (despesas) receitas operacionais		(1.292)	(232)	204
Despesas de pessoal e honorários		(3.278)	(5.710)	(4.599)
Outras despesas administrativas		(5.187)	(8.709)	(7.421)
Outras despesas operacionais		(43)	(66)	(21)
Outras receitas operacionais	13	7.216	14.253	12.245
Resultado operacional		(1.135)	(1)	409
Resultado não operacional		-	369	5
Resultado antes da tributação		(1.135)	368	414
Imposto de renda e contribuição social		-	(38)	-
Perda do semestre/ sobra do exercício		(1.135)	330	414

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações Financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido 2º semestre de 2013 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

Valores em milhares de reais	Capital social	Reserva legal	Sobras acumuladas	Total
Saldos em 1º de dezembro de 2012	589	1.658	577	2.824
Incorporação de sobras ao capital	530	-	(530)	-
Distribuição de sobras	-	-	(47)	(47)
Sobra do exercício	-	-	414	414
Reserva legal	-	41	(41)	-
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES	-	-	(26)	(26)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	1.119	1.699	347	3.165
Distribuição de sobras	-	-	(79)	(79)
Baixa de capital	(210)	-	-	(210)
Sobra do exercício	-	-	330	330
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES	-	-	(330)	(330)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	909	1.699	268	2.876
Saldos em 1º de julho de 2013	909	1.699	1.733	4.341
Perda do semestre	-	-	(1.135)	(1.135)
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES	-	-	(330)	(330)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	909	1.699	268	2.876

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações Financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

2º semestre de 2013 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

		2013	2012
	2º semestre	Exercício	Exercício
Valores em milhares de reais			
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(5.946)	(7.174)	5.598
Sobra ajustada do semestre/exercício	(1.111)	379	507
(Perda) sobra do semestre/exercício	(1.135)	330	414
Depreciações e amortizações	23	46	42
Baixas do intangível	-	-	48
Baixas do imobilizado de uso	1	3	3
(Aumento) redução dos ativos	(3.651)	(10.817)	(7.095)
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(45)	(78)	(75)
Outros créditos e outros valores e bens	(3.606)	(10.739)	(7.020)
Aumento (redução) dos passivos	(1.184)	3.263	12.186
Relações interfinanceiras	(5.037)	(7.238)	5.137
Outras obrigações	3.853	10.501	7.049
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	-	(16)	(74)
Aquisições de imobilizado de uso	-	(15)	(61)
Aquisições do intangível	-	(1)	(13)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	(330)	(619)	(73)
Distribuição de sobras	-	(79)	(47)
Baixas de capital	-	(210)	-
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES	(330)	330	26
(Diminuição) aumento do caixa e equivalentes de caixa	(6.276)	(7.810)	5.451
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	85.370	86.904	81.453
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	79.094	79.094	86.904
(Diminuição) aumento do caixa e equivalentes de caixa	(6.276)	(7.810)	5.451

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

2º semestre de 2013 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

1 Contexto operacional

A Confederação Nacional das Cooperativas Centrais Unicreds – Unicred do Brasil (Confederação) é constituída pelas Cooperativas Centrais e integrantes do Sistema Unicred desde 10 de julho de 1994, conforme Assembleia Geral, e homologação pelo Banco Central do Brasil em 19 de outubro de 1994, conforme publicado no Diário Oficial de 24 de outubro de 1994. Tem sua constituição e funcionamento regulamentado pela Resolução CMN / Bacen nº 3.859/2010 e Estatuto Social. Tem sede e foro na cidade de São Paulo-SP, com área de atuação em todo o território nacional. Tem por objetivo orientar e coordenar as atividades das Cooperativas Centrais associadas, nos casos em que o vulto dos empreendimentos transcender o âmbito de capacidade ou convivência de atuação das suas associadas.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

a) Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971, a Lei Complementar nº 130/2009, as normas e as instruções do Bacen, apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional

(COSIF) e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Bacen até o momento (CPC 00 R1, 01, 03, 05, 10, 23, 24, 25). As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Confederação e foram aprovadas pela Administração em 6 de fevereiro de 2014.

b) Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

b.1) Apuração do resultado

Os ingressos e dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência do exercício.

b.2) Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Confederação no processo de aplicação das políticas contábeis. As demonstrações financeiras da Confederação incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A Administração da Confederação monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos semestralmente.

b.3) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários livres e títulos e valores mobiliários livres, de curto prazo e de alta liquidez, e conforme a intenção da Administração da Confederação. Os títulos e os valores mobiliários livres são avaliados pelo custo ou valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço.

b.4) Aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários

Classificados conforme a intenção da Administração da Confederação em mantê-los até o vencimento, e são atualizados pelos rendimentos auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado.

b.5) Devedores por depósitos em garantia

Seja por determinação judicial ou espontaneidade da Administração da Confederação, foram depositados valores para suportar passivos contingentes constituídos, atualizados pela Selic.

b.6) Investimentos

Representados pela participação societária avaliada ao custo de aquisição na CNAC – Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa, de R\$ 15.

b.7) Imobilizado de uso

As imobilizações de uso são demonstradas pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplem a estimativa de vida útil-econômica dos bens.

b.8) Intangível

Demonstrado pelo valor dos gastos, que são amortizados pelo método linear em função do prazo dos benefícios futuros esperados.

b.9) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não financeiros são revistos semestralmente pela Administração da Confederação para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não pode ser recuperável (teste de impairment).

b.10) Relações interfinanceiras

Representam o montante dos recursos das Cooperativas Centrais associadas centralizados pela Confederação e incluem os encargos e as variações monetárias contratadas até a data do balanço.

b.11) Provisões

As provisões são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação no futuro. As provisões são registradas tendo como base a estimativa do risco envolvido.

b.12) Demais ativos e passivos

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

b.13) Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pela Administração da Confederação quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras análises das matérias, for considerado que há risco de perda de ações judicial ou administrativa, gerando uma possibilidade de saída de recursos no futuro para a liquidação dessas ações e, ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança.

Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, mas que leva em consideração o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer a instâncias superiores e a experiência histórica. A Administração da Confederação revisa periodicamente a situação dos passivos contingentes.

b.14) Segregação do circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante.

b.15) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o estabelecido pelo CPC e Bacen.

3 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2013	2012
Disponibilidades		
Caixa e depósitos bancários	4	6
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	79.090	86.898
	79.094	86.904

Valores em milhares de reais

As disponibilidades e os títulos e valores mobiliários são classificados como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, quando atendido às determinações da Resolução nº 3.604/2008 do Bacen.

4 Aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição	2013	2012
	Não circulante	Não circulante
Fundo DI Bancoob	1.046	968

Valores em milhares de reais

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, as aplicações financeiras de liquidez foram contratadas com prazo de resgate até 12 de maio de 2016. Em 2013, as referidas aplicações tiveram remuneração no montante de R\$ 78 (R\$ 75 em 2012), registrado em ingressos de depósitos intercooperativos.

5 Títulos e valores mobiliários

Descrição	2013	2012
	Circulante	Circulante
Cotas de fundo de investimento	1.046	968

Valores em milhares de reais

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, os títulos e valores mobiliários foram contratados com prazo de resgate até 90 dias. Em 2013, os referidos títulos tiveram remuneração no montante de R\$ 5.988 (R\$ 6.620 em 2012), registrado em ingressos de títulos e valores mobiliários.

6 Outros créditos

Descrição	2013			2012		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Adiantamentos salariais	8	-	8	17	-	17
Outros devedores projeto - TI (i)	17.834	-	17.834	6.905	-	6.905
Valores a receber das associadas	54	-	54	246	-	246
Devedores por depósito em garantia (nota 10 (iii))	-	60	60	-	49	49
	17.896	60	17.956	7.168	49	7.217

Valores em milhares de reais

(i) Refere-se à aquisição de licenças de uso do software SAP e demais gastos relacionados à sua implantação, que será utilizado pelo Sistema Unicred. O valor permanecerá nesta rubrica até a transferência total das licenças para as suas Cooperativas Centrais e Singulares Associadas (nota 10(ii)).

7 Imobilizada de uso

a) Composição do saldo

Descrição	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	2013	2012
				Líquido	Líquido
Móveis e equipamentos de uso	10%	241	(55)	186	208
Sistema de comunicação	10%	20	(4)	16	18
Sistema de processamento de dados	20%	205	(158)	47	54
		466	(217)	249	280

Valores em milhares de reais

b) Movimentação do custo de aquisição nos exercícios

Descrição	Saldo em 01/01/2013	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2013
Móveis e equipamentos de uso	240	1	-	241
Sistema de comunicação	20	-	-	20
Sistema de processamento de dados	194	14	(3)	205
	454	15	(3)	466

Valores em milhares de reais

Descrição	Saldo em 01/01/2012	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2012
Móveis e equipamentos de uso	226	24	(10)	240
Sistema de comunicação	3	17	-	20
Sistema de processamento de dados	177	20	(3)	194
	406	61	(13)	454

Valores em milhares de reais

c) Movimentação da depreciação acumulada nos exercícios

Descrição	Saldo em 01/01/2013	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2013
Móveis e equipamentos de uso	(32)	(23)	-	(55)
Sistema de comunicação	(2)	(2)	-	(4)
Sistema de processamento de dados	(140)	(18)	-	(158)
	(174)	(43)	-	(217)

Valores em milhares de reais

Descrição	Saldo em 01/01/2012	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2012
Móveis e equipamentos de uso	(18)	(23)	9	(32)
Sistema de comunicação	(1)	(1)	-	(2)
Sistema de processamento de dados	(124)	(17)	1	(140)
	(143)	(41)	10	(174)

Valores em milhares de reais

8 Intangível

Descrição	Taxa anual de amortização	Custo	Amortização acumulada	2013	2012
				Líquido	Líquido
Softwares	20%	15	(4)	11	12

Valores em milhares de reais

9 Relações interfinanceiras – Centralização financeira – Centrais

Referem-se aos depósitos das associadas, sendo esses recursos próprios, conforme determina o artigo 37 da Resolução nº 3.859/2010 do Bacen, com remuneração atrelada ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI).

Em 2013, a Confederação remunerou esses depósitos no montante de R\$ 5.835 (R\$ 6.490 em 2012), que para efeito de apresentação das demonstrações do resultado é classificado como dispêndios da intermediação financeira. Operações de captação no mercado. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, o saldo das relações interfinanceiras montam:

Descrição	2013	2012
Depósitos voluntários das Centrais	21.915	24.222
Depósitos FD 90% das Centrais	49.698	54.629
	71.613	78.851

Valores em milhares de reais

10 Outras obrigações

Descrição	2013			2012		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
<i>Sociais e estatutárias</i>						
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (i)	347	-	347	71	-	71
Cotas de capital a pagar	-	-	-	61	-	61
<i>Fiscais e previdenciárias</i>						
Impostos e contribuições a recolher	301	-	301	233	-	233
<i>Diversas</i>						
Provisão para pagamentos a efetuar	511	-	511	299	-	299
Credores diversos no país (ii)	22.199	-	22.199	12.373	-	12.373
Provisão para passivos contingentes (iii)	-	535	535	-	355	355
	22.710	535	23.245	12.672	355	13.027
	23.358	535	23.893	13.037	355	13.392

Valores em milhares de reais

(i) O FATES tem sua formação, classificação e utilização conforme Lei do Cooperativismo e normas do Bacen (nota 12b).

(ii) O saldo é substancialmente composto por R\$ 17.599, transferido do Fundo Garantidor do Sistema Unicred (FG) e rateado às Cooperativas Centrais Associadas para pagamento dos custos de implantação do novo projeto de TI, que será revertido para a rubrica "Outros devedores projeto TI" (nota 6 (i)) no momento da ativação do software SAP no Sistema Unicred do Brasil (Centrais e Singulares). Ainda compõe o saldo o FG constituído por normas instituídas por regulamento próprio, que, por orientação do Bacen, o registro desse fundo deve ser no passivo circulante na conta de credores diversos no país. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, o FG monta R\$ 4.337 e R\$ 6.188, respectivamente. O fundo é remunerado por rendimentos auferidos pelos fundos de investimentos de renda fixa, aos quais estão lastreados.

(iii) A Confederação no desenvolvimento de suas atividades operacionais está sujeita a demandas de naturezas tributária, civil e reclamações trabalhistas. Em novembro de 2011, a Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração dos exercícios de 2006, 2007 e 2008 no montante de R\$ 279, referente à suposta tributação sobre as rendas de aplicações financeiras relativamente ao Imposto de Renda, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, PIS e COFINS. Os autos de infração foram contestados administrativamente pela Confederação, alegando, em síntese, a não incidência dos tributos federais sobre o ato cooperado de acordo com o teor do disposto no artigo 79 da Lei nº 5.764/1971 (Lei do Cooperativismo). Até que se tenha o retorno desta contestação, a Administração da Confederação, de forma prudente, decidiu pela manutenção da provisão constituída no mesmo montante dos autos de infração, atualizados pela Selic, no montante de R\$ 535. Em caso de insucesso na esfera administrativa, ainda cabe discussão posterior na esfera judicial por parte da Confederação. Existem depósitos judiciais de R\$ 60, em 31 de dezembro de 2013, registrados em outros créditos do ativo não circulante (nota 6). Os depósitos judiciais e as provisões para contingências estão atualizados pela Selic até 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

Descrição	2013		2012	
	Valor da provisão constituída	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2013
PIS/COFINS	535	60	355	60

Valores em milhares de reais

As movimentações das provisões e dos depósitos foram as seguintes:

	Depósitos em garantia	Provisão para contingências
<i>Saldo em 1º de janeiro de 2012</i>	46	585
Depósitos realizados / reversão de provisão	3	(230)
<i>Saldo em 31 de dezembro de 2012</i>	49	355
Depósitos realizados / constituição de provisão	11	180
<i>Saldo em 31 de dezembro de 2013</i>	60	535

Valores em milhares de reais

Os impostos e as contribuições apuradas e recolhidas pela Cooperativa, bem como as respectivas declarações acessórias, os registros fiscais e societários, estão sujeitas a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável em cada circunstância, mas em geral de cinco anos.

11 Marca Unicred

Em 7 de dezembro de 2010, foi celebrado pela Confederação o contrato com a Unicred Vale das Antas para a cessão em definitivo dos direitos e a titularidade da Marca Unicred. Adicionalmente, foram transferidos outros 30 registros junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI, referentes a diversas variações da Marca Unicred. Foram pagos à Unicred Vale das Antas, a título de reembolso de despesas com o INPI e outros gastos, o montante de R\$ 29, registrado à época no ativo. Em 2012, todos os valores registrados no ativo circulante e não circulante relativos à

Marca Unicred foram revertidos e contabilizados em dispêndios no período, procedimento com a concordância do Bacen. Também como forma de compensar a cessão da Marca Unicred, foi concedida à Singular acima citada a isenção pelo prazo de 20 anos no rateio dos dispêndios da Confederação, da Central RS e de tecnologia da informação (Tecnocred), cujo custo total será suportado pelas demais Cooperativas Centrais e Singulares Associadas ao Sistema Unicred do Brasil por meio do rateio.

12 Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social é de R\$ 909 e R\$ 1.119 em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, respectivamente, totalmente subscrito e integralizado, sendo representado pelas integralizações das sete Cooperativas Centrais em 31 de dezembro de 2013 (oito em 2012). De acordo com o Estatuto Social, cada associada tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

No primeiro semestre de 2013, ocorreu a baixa de capital no montante de R\$ 210, proveniente do desligamento de uma associada.

b) Destinações legais e estatutárias

Das sobras apuradas ao final do exercício, conforme Estatuto Social serão destinadas: 10% para a reserva legal e 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES. O FATES é registrado como exigibilidade, conforme norma do Bacen e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971 (Lei do Cooperativismo) e Manual do FATES do Sistema Unicred (nota 10(i)).

A sobra do exercício de 2013 é decorrente de ato não cooperativo registrado no resultado não operacional, que foi totalmente transferido para o FATES.

c) Sobras acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme o Estatuto Social, normas do Bacen e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Conforme a Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de março de 2013, foi aprovada por unanimidade pelas Cooperativas Centrais Associadas a manutenção das sobras acumuladas do exercício de 2012 para posterior deliberação, entretanto houve a distribuição de parte da sobra (R\$ 73) para restituição à associada desligada.

d) Desligamento de associadas

Conforme reunião da Diretoria Colegiada da Confederação realizada no dia 19 de dezembro de 2013, as Associadas Centrais das Cooperativas de Crédito do Brasil Central (Brasil Central) e suas filiadas e a Cooperativa Central de Economia e Crédito Mútuo das Unicreds da Amazônia Ocidental Ltda. (Central AMOC) e suas filiadas pediram desligamento do quadro social da Confederação, conforme decisão do Conselho de Administração dessas Centrais, aprovada pela maioria de votos em Assembleias Gerais Extraordinárias, realizadas no dia 24 de julho de 2013 pela Brasil Central e no dia 23 de novembro de 2013 pela Central AMOC.

Em 31 de dezembro de 2013, as Centrais Associadas apresentavam os seguintes valores junto à Confederação:

	Capital social	Centralização financeiro-passiva
Brasil Central	105	5.139
Central AMOC	93	2.646

Valores em milhares de reais

Os desligamentos deverão ser ratificados na AGO da Confederação, e seus efeitos registrados no exercício de 2014.

13 Outros ingressos operacionais

Descrição	2º semestre	2013	2012
		Exercício	Exercício
Taxa de contribuição (i)	5.470	12.485	11.646
Ressarcimento de dispêndios administrativos	54	69	347
Reversão de provisão para contingências	-	-	230
Outros ingressos operacionais	1.692	1.699	22
	7.216	14.253	12.245

Valores em milhares de reais

(i) Referem-se às despesas da Confederação, que são ressarcidas pelas associadas. A Confederação possui uma relação de interdependências com as suas associadas, visto que seu custo de operação é reembolsado por elas.

14 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros estão demonstrados no balanço patrimonial por valores contábeis, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas, os quais se aproximam dos seus valores justos, com destaque para os títulos e valores mobiliários, aplicações interfinanceiras de liquidez e relações interfinanceiras passivas.

Não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios nem em caráter especulativo.

15 Seguros contratados

A Confederação adota a política de contratar seguros cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de risco adotadas, dada à sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras. Consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

16 Partes relacionadas

A Confederação tem como missão desenvolver e coordenar ações políticas e administrativas para implantação pelas Cooperativas Centrais do Sistema Unicred do Brasil, visando à padronização dos processos, ganhos em escala, normatização e a defesa da Marca Unicred, buscando tornar o Sistema uno, sólido e integrado em nível nacional.

a) Cooperativas centrais associadas

Na relação das Cooperativas Centrais Associadas com a Confederação, existem direitos e deveres que necessitam ser observados. Dentre os direitos, destacamos: propor à Diretoria Colegiada ou à Assembleia Geral medidas de interesse geral ou da própria Cooperativa Central Associada; votar e concorrer, nos termos dispostos neste Estatuto e no Regimento Interno, aos cargos eletivos da Confederação; demitir-se da Confederação quando lhe

convier; beneficiar-se dos serviços que a Confederação estiver habilitada a prestar e nas condições que forem estabelecidas nos respectivos regulamentos. Já entre os deveres, temos: subscrever e realizar as cotas-partes do capital social na Confederação; satisfazer pontualmente seus compromissos financeiros com a Confederação; participar da constituição do Fundo Garantidor do Sistema Unicred (FG), dentre outros.

O rateio das despesas de funcionamento da Confederação em 31 de dezembro 2013 e de 2012 foi de R\$ 12.485 e de R\$ 11.646, respectivamente (nota 13).

A Confederação também recebe recursos das Cooperativas Centrais Associadas, que são as contribuições obrigatórias para o Fundo Garantidor do Sistema Unicred (FG). Os depósitos voluntários são recursos das Centrais aplicados voluntariamente na Confederação e têm seus rendimentos repassados em sua totalidade. Abaixo demonstramos a evolução destes depósitos durante os exercícios:

	2013	2012
	Depósitos no FG	Depósitos voluntários
<i>Saldo em 1º de janeiro de 2012</i>	55.071	24.930
Depósitos efetuados pelas Centrais	7.836	500
Rendimento gerado pela aplicação dos recursos	5.117	2.094
Resgates efetuados pelas Centrais	5.777	(3.302)
<i>Saldo em 31 de dezembro de 2012</i>	62.247	24.222
Depósitos efetuados pelas Centrais	8.121	-
Rendimento gerado pela aplicação dos recursos	4.344	1.900
Resgates efetuados pelas Centrais	19.246	4.208
<i>Saldo em 31 de dezembro de 2013</i>	55.466	21.915

Valores em milhares de reais

b) Tecnocred Soluções Tecnológicas Ltda.

A Confederação possui também uma relação de dependência tecnológica com a Tecnocred Soluções Tecnológicas Ltda., empresa que desenvolve o sistema de tecnologia. São sócias da Tecnocred as associadas Unicred Central RJ, Unicred Central RS, Unicred Central SC e Unicred Central SP, cada uma com 20% de participação.

Em Assembleia Geral Extraordinária da Confederação realizada em 19 de dezembro de 2013, foi aprovada por unanimidade das associadas a incorporação da Tecnocred (incorporada) pela Confederação (incorporadora). Também em 7 de dezembro de 2013, reuniram-se os quotistas da incorporada e por unanimidade de votos foi aprovada a incorporação.

Em decorrência do programa de unificação da TI do Sistema Unicred, será realizada a reorganização societária por meio dessa incorporação, o que resultará na consolidação e na otimização das atividades das duas entidades e na consequente redução dos custos operacionais inerentes. Doravante, reger-se-á pelos regimentos da incorporadora, notadamente por seu Estatuto Social vigente.

Em razão das peculiaridades da presente incorporação, também foi aprovado por unanimidade das associadas que o presente ato societário se efetivará no dia 2 de janeiro de 2014, passando a produzir os respectivos efeitos para todos os fins somente a partir da referida data.

c) Remuneração paga aos administradores

Nas Assembleias Gerais Ordinárias, realizadas anualmente, é estabelecida a remuneração para a Diretoria Executiva e para o Conselho Fiscal. Para cada representação da Confederação, os ocupantes de cargos executivos recebem as cédulas de presença, sendo estabelecido o limite máximo de catorze cédulas de presença por mês para todos os ocupantes

de cargos executivos. Nas substituições, o substituto poderá receber pelo substituído desde que dentro da média estipulada de catorze cédulas de presenças mensais. No caso de ultrapassar o limite de cédula, deverá ser apresentado à Diretoria Colegiada para deliberar o pagamento.

Descrição	Benefícios	Recebidos em 2013	Recebidos em 2013
Membros da diretoria executiva	Honorários	784	567
Membros da diretoria executiva e conselho fiscal	Cédulas de Presença	121	134
		905	701

Valores em milhares de reais

17 Índice de Basileia

O patrimônio líquido da Confederação apresenta-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos nos exercícios, conforme demonstrativo abaixo:

Descrição	2013	2012
Patrimônio de referência - PR	2.876	3.165
RWA para risco de crédito - RWAcpad	13.998	984
RWA para risco de mercado - RWAm pad	829	83
RWA para risco operacional - RWAopad	293	31
Montante RWA	15.120	-
Patrimônio de referência mínimo requerido para o RWA	1.663	1.098
Margem sobre o PR considerando a Rban	1.213	2.067
Índice Basileia	19,02%	31,71%

Valores em milhares de reais

A partir de 31 de outubro de 2013, por regulamentação do Bacen, a metodologia e a nomenclatura das parcelas de Requerimento de Capital foi alterada. Em relação a 2012, as parcelas são divididas por 0,11 (Fator F), aplicado sobre o Montante RWA para obter o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido.

18 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos da confederação

a) Risco operacional

Em cumprimento à Resolução do CMN nº 3.380/06, esta Confederação implantou estrutura de gerenciamento de Risco Operacional compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da Confederação. Tem por objetivo identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos associados a falhas, deficiências ou inadequações de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

Esta estrutura contempla atualmente:

- Diretor Responsável nomeado perante órgão regulador;
- Política, Manual e Sistema de mensuração de riscos;
- Comitê de Gestão de Riscos.

Além da apuração gerencial das perdas operacionais, é realizada também a apuração semestral da parcela referente ao risco operacional (RWAOPAD), uma das parcelas que compõe o montante de RWA (Ativos Ponderados pelo Risco), base de cálculo para os Requerimentos Mínimos de Capital, em atendimento à Resolução do CMN nº 4193/13. A metodologia utilizada para apuração da parcela RWAOPAD é o BIA (Basic Indicator Approach).

As descrições das estruturas estão evidenciadas no site da Unicred do Brasil e podem ser acessadas no endereço eletrônico: www.unicred.com.br, assim como a Política, os Manuais e os Relatórios de Risco estão disponíveis na sede da Confederação.

b) Risco de mercado

Em cumprimento à Resolução do CMN nº 3.464/07, esta Confederação implantou estrutura de gerenciamento de Risco de Mercado compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da Confederação. Tem por objetivo identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos associados a perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Confederação.

Esta estrutura contempla atualmente:

- a) Diretor Responsável nomeado perante órgão regulador;
- b) Política, Manual e Sistema de Mensuração de Riscos;
- c) Comitê de Gestão de Riscos.

c) Risco de crédito

Em cumprimento à Resolução do CMN nº 3.721/09, esta Confederação implantou estrutura de gerenciamento de Risco de Crédito compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da Confederação. Tem por objetivo identificar, mensurar, controlar e mitigar os riscos de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Esta estrutura contempla atualmente:

- a) Diretor Responsável nomeado perante órgão regulador;

Além da apuração gerencial do risco de mercado é realizada também a apuração mensal das parcelas referentes ao risco de mercado (RWAJUR / RWACAM / RWACOM / RWAACS / Rban), parcelas que compõem o montante de RWA (Ativos Ponderados pelo Risco), base de cálculo para os Requerimentos Mínimos de Capital, em atendimento à Resolução do CMN nº 4193/13, assim como é realizada a elaboração mensal do Demonstrativo de Risco de Mercado (DRM), em atendimento à Circular nº 3.429/09 do Banco Central do Brasil.

As descrições das estruturas estão evidenciadas no site da Unicred do Brasil e podem ser acessadas no endereço eletrônico: www.unicred.com.br, assim como a Política, os Manuais e os Relatórios de Risco estão disponíveis na sede da Confederação.

- b) Política, Manual e Sistema de Mensuração de Riscos;
- c) Comitê de Gestão de Riscos.

Além da apuração gerencial do risco de crédito, é realizada também a apuração mensal da parcela referente ao risco de crédito (RWACPAD), parcela que compõe o montante de RWA (Ativos Ponderados pelo Risco), base de cálculo para os Requerimentos Mínimos de Capital, em atendimento à Resolução do CMN nº 4193/13.

As descrições das estruturas estão evidenciadas no site da Unicred do Brasil e podem ser acessadas no endereço eletrônico: www.unicred.com.br, assim como a Política, os Manuais e os Relatórios de Risco estão disponíveis na sede da Confederação.

d) Risco de liquidez

Em cumprimento à Resolução do CMN nº 4.090/12, esta Confederação encontra-se na fase final de implantação da estrutura de gerenciamento de Risco de Liquidez compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão da sua exposição a esse risco. Tem por objetivo identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos associados à:

I - possibilidade de a Cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas

e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas;

II - possibilidade de a Cooperativa não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

e) Gestão de capital

Em cumprimento à Resolução do CMN nº 3.988/11, esta Confederação encontra-se na fase final de implantação da estrutura de Gerenciamento de Capital compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão da sua exposição a esse risco. Tem por objetivo o processo contínuo de:

I - monitoramento e controle do capital mantido pela Confederação;

II - avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Confederação está sujeita;

III - planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Confederação.

Euclides Reis Quaresma

Diretor Presidente

José Luis Barreto Alves

Diretor Administrativo

Carlos Alberto Salomão

Diretor Financeiro

Gilberto Rodrigues Pinto

Diretor TI

Mário Vicente Junior

Contador – CRC nº 1SP164058/O-7

Balço Combinado do Sistema Unicred

Balço Patrimonial Em 31 de dezembro de 2013

Ativo circulante	7.801.996
Disponibilidades	60.014
Aplicações interfinanceiras de liquidez	316.124
Títulos e valores mobiliários	2.265.264
Relações interfinanceiras	4.392
Operações de crédito	4.974.345
Outros créditos	145.738
Outros valores e bens	36.119
Ativo não circulante	126.726
Investimentos	22.163
Imobilizado	95.201
Diferido	5.287
Intangível	4.075
Total do ativo	7.928.722

Valores em milhares de reais

Balanço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2013

Passivo circulante	6.468.494
Depósitos	6.157.213
Relações interdependências	4.839
Obrigações por empréstimos e repasses	14.835
Outras obrigações	291.607
Patrimônio líquido	1.460.228
Capital social	1.143.963
Reservas de capital	138
Reservas de lucros	150.115
Sobras ou perdas acumuladas	80.317
Resultado do período	85.695
Total do passivo	7.928.722

Valores em milhares de reais

Balanço Combinado do Sistema Unicred

Demonstração de Resultado Em 2013

Receitas da intermediação financeira	689.899
Rendas de operações de crédito	486.201
Rendas de aplicações interf. de liquidez	15.266
Resultado de títulos e valores mobiliários	188.432
Despesas da intermediação financeira	(335.375)
Despesas de captação	(294.396)
Despesas por obrigações de empréstimos e repasses	(981)
Provisões para crédito de liquidação duvidosa	(39.998)
Resultado bruto da intermediação financeira	354.524
Rendas de prestação de serviços e tarifas	36.011
Despesas de pessoal	(146.765)
Despesas administrativas	(126.093)
Despesas tributárias	(691)
Resultado de participações	513
Despesas de provisões operacionais	(13.851)
Outras receitas/(despesas) operacionais	(16.316)
Resultado operacional	87.332
Resultado não operacional	781
Imposto de renda e contribuição social	(1.101)
Participações no resultado	(1.317)
Sobra do período	85.695

Valores em milhares de reais

Sistema Unicred em Números

Em dezembro de 2013

Ativos total	R\$ 7.837.621
Empréstimo	R\$ 5.004.353
Depósitos totais	R\$ 6.229.249
Patrimônio líquido	R\$ 1.440.195
Sobras do exercício	R\$ 227.989
Funcionários	2.705
Pontos de atendimento (60 Cooperativas Singulares e 329 PACs)	389
Centrais	7
Associados	216.337

Valores em milhares de reais

UNICRED 

www.unicred.com.br